



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

08 de março de 2013 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Posse dos novos Conselheiros (Titular e Suplente) - Representantes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente: Sra. MARIA JOSÉ DE ANDRADE FILHA e Sr. MARCOS BUDETTE;
- II. Posse dos novos Conselheiros (Titulares e Suplentes) - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico: Sr. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO e Sra. ALINE SIMONCELLI MARTINS;
- III. Posse dos novos Conselheiros (Titular) - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão: Sra. MARÍLIA CAMARA DE ASSIS;
- IV. Aprovação da ATA da 31ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 11 de dezembro de 2012;
- V. Aprovação da ATA da 75ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 04 de dezembro de 2012;
- VI. Aprovação da ATA da 76ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 18 de dezembro de 2012;
- VII. Sugestões de inclusão de Pauta

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Relatório de Atividades do CONFEMA – Exercício 2012
- II. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 09/2012 do número.

Anexos:

ATA da 31ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 11 de dezembro de 2012;

ATA da 75ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 04 de dezembro de 2012;

ATA da 76ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 18 de dezembro de 2012;



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Secretário Ricardo Teixeira: Por este Conselho, também cabe na UMAPAZ, isso aqui. Se lá grava como grava aqui, não tem porque ser este aqui, e amanhã ser lá. Prezados senhores, prezadas senhoras, Conselheiros do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CONFEMA. Muito bom dia.

Bom dia.

Secretário Ricardo Teixeira: O pessoal ficou quieto.

Bom dia.

Secretário Ricardo Teixeira: Bom dia, gente. Um bom dia animado. É com muito prazer que passo a presidir este Conselho em um momento em que a questão ambiental tem sido amplamente discutida entre os governos e a população, eu diria que do mundo inteiro. Em qualquer lugar do planeta se discute o nosso futuro. O legado que esse momento, o mundo está deixando para as outras gerações. São Paulo, em sua grandiosidade populacional, territorial, exige de todos nós, uma grande dedicação para a resolução de problemas tão grandes quanto a nossa cidade. Nos últimos anos, a parceria da população, aqui representada pelos membros da sociedade civil com o poder público, tem demonstrado que o modelo de participação traz maior efetividade nas ações governamentais, atendendo, com maior eficiência, os anseios da sociedade. Nesse sentido, o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o FEMA, vem reafirmar o empenho do município em consolidar estas parcerias, possibilitando, por meio de convênios firmados com organizações não governamentais, o acesso da população a serviços públicos diferenciados. O orçamento do município, embora voltado para o atendimento de uma demanda de serviços conhecida, acaba por atender as medidas estruturantes, que contemplam a população de maneira geral. A possibilidade de conhecer a realidade local, associada ao acesso das ONGs junto à população, permite que a prefeitura possa aplicar os recursos do FEMA em ações efetivas, que tragam retorno imediato e efetivo à população. Isso nos faz refletir sobre a importância das deliberações desse Conselho, atuando como instrumento de definição de políticas públicas, que refletem diretamente no dia a dia das pessoas que moram nessa cidade. A nossa responsabilidade quando aprovamos um projeto, ou deliberamos sobre a aplicação dos recursos do FEMA, é pautada na transparência de nossas ações, motivo pelo qual as reuniões do CONFEMA são abertas e todas as resoluções desse Conselho, publicadas em Diário Oficial e na página da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Como Secretário do Verde e do Meio Ambiente, e presidente desse Conselho, venho reafirmar o compromisso de participação e transparência das ações aqui discutidas e deliberadas, ratificando a vontade do Excelentíssimo Senhor Prefeito de tornar esta cidade um local mais humano e habitável. Desta forma, agradeço a presença de todos, em especial, dos Conselheiros aqui presentes, dando boas-vindas aos Conselheiros novos, senhora Maria José de Andrade Filha... podia aplaudir um pouquinho. Dar um bom dia, para esse dia ficar mais alegre. Senhor Marcos Budetti, os dois representando a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. E por favor, o



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

senhor Marcos. Senhor Luiz Felipe Vidal Arelano. Senhor Felipe, hoje, está ausente. Senhora Aline Simonsile Martins, representando a Secretaria Municipal de Finança e Desenvolvimento Econômico. E Marília Câmara de Assis. Cadê a Marília? Está lá. Representando a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem dou posse neste momento. Parabéns a todos vocês. Sejam bem-vindos. Passo agora a palavra ao senhor Luiz Eduardo Peres Damasceno, diretor do Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas, para dar continuidade à reunião de número 77, Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Muito bom dia, e obrigado pela presença de todos.

Luiz Eduardo Peres Damasceno: Bom dia a todos. Parabéns aos mais novos membros da Comissão, e passaremos agora, à pauta da 77ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Pauta - expediente: posse de novos Conselheiros, titular e suplente, representantes da Secretaria de Verde e Meio Ambiente, senhora Maria José de Andrade Filha e senhor Marcos Budetti. A posse dos novos Conselheiros titular e suplente, representantes da Secretaria Municipal de Finança e Desenvolvimento Econômico, senhor Luiz Felipe Vidal Arelano e senhora Aline Simonseli Martins. A posse dos novos Conselheiros, titular, representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, senhora Marília Câmara de Assis. E agora, o item 4, que são as sugestões de inclusão de pauta. Se alguém tiver, aproveite esse momento. Sem sugestões? Passaremos para a ordem do dia. Primeiro, apreciação e deliberação sobre relatório de atividades do CONFEMA, exercício 2012. O Rubens fará a demonstração.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos, senhores Conselheiros. Bem-vindo aos novos Conselheiros. Bem-vindo aos Conselheiros antigos, nesse novo exercício, que é a nossa primeira reunião ordinária. Como de costume, a gente, desde 2005, faz uma apresentação das atividades deste Conselho no exercício anterior. Isso é feito sempre na primeira reunião ordinária deste Conselho. E esse relatório, assim que aprovado pelos Conselheiros do CONFEMA, ele também é apresentado ao CADES, na primeira reunião ordinária do CADES, até por conta da relação que existe entre os dois Conselhos, quando o CADES, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente estabelece diretrizes para a utilização dos recursos do FEMA. Então, ao final do exercício, a gente apresenta um relatório de atividades, não como uma prestação de contas, mas como uma reciprocidade das diretrizes que foram definidas para o CONFEMA e um retorno daquilo que efetivamente foi executado ao longo do exercício anterior. Eu fiz uma pequena introdução, só para dar uma noção aos novos Conselheiros, do funcionamento do Conselho, para situar melhor os novos Conselheiros. Então, o Fundo de Meio Ambiente, ele foi criado em 2001, através da lei 13.155, e foi reorganizado em 2009, através da lei 14.887, quando houve uma reestruturação da Secretaria. O FEMA é vinculado à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que realiza a gestão dos recursos do Fundo, mais especificamente pelo Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas, que é o DPP. As fontes de recursos desse Fundo são variadas, então envolve créditos de carbono, multas ambientais, multas por falta da inspeção veicular, termos de compromissos ambientais,



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

e outras fontes, que estão descritas na legislação. É uma relação muito grande, então, para citar todas fica difícil. Esses recursos entram em uma conta específica, permanecem nessa conta corrente, e através de dotações orçamentárias, do orçamento do Fundo, do Fundo como uma unidade orçamentária, a gente aplica em projetos que são apresentados e submetidos à apreciação deste Conselho. O apoio ao projeto é feito através da transferência direta ou indireta de recursos, mediante apresentação de projeto, que deve ser aprovado pelo CONFEMA. A submissão dos projetos ao CONFEMA, ela pode ser feita através de um edital de chamamento, que é publicado. Normalmente, a gente tem aí, uma periodicidade de um edital por ano. Houve ano em que a gente publicou mais de um edital, mas em média, um edital por ano. Ou então, projetos que são apresentados pela própria administração, para a utilização dos recursos do FEMA. Antes de eles serem apreciados pelo CONFEMA, ele passa por uma comissão técnica de avaliação, que vai avaliar tecnicamente e financeiramente esses projetos, e elabora um relatório que vai subsidiar a decisão do Conselho. Como são assuntos muito técnicos, e a formação dos Conselheiros é bastante variada, então esse relatório vai dar subsídios para que se possa efetuar a votação e a deliberação dos projetos. Em uma retrospectiva, desde 2005 até 2011, o FEMA aplicou, em projetos oriundos de editais, do edital 1 ao 7, o montante de R\$ 13.720.000,00, aproximadamente. Foram 132 projetos financiados ao longo desses anos. Projetos apresentados pela administração e apoiados com recursos de créditos de carbono, especificamente, foi um montante de R\$ 51.791.000,00, aproximadamente. E projetos apresentados pela administração, apoiados com recursos oriundos das multas por falta de inspeção veicular, foi de R\$ 5.907.106,25, que foi aprovado e efetivamente aplicado. No entanto, ao longo de 2012, nós tivemos mais dois projetos aprovados, que vocês vão ver o valor aprovado em seguida, mas a princípio, até 2011, tinha sido aplicado esses R\$ 5.900.000,00 das multas de inspeção veicular. Passando para o relatório de atividades, cada um de vocês recebeu o relatório completo, com todas as deliberações. Aqui eu tenho um resumo, mas esse relatório, após a aprovação aqui, ele é submetido ao CADES, como já foi dito, e ao longo de 2012 foram realizadas 11 reuniões ordinárias e 6 reuniões extraordinárias do Conselho, que constam no relatório de vocês, de folha 1 a 12. Então estão todas as pautas e os assuntos que foram discutidos. Resoluções publicadas, por esse Conselho, foram 67 resoluções, referentes a projetos propostos para utilização de recursos do FEMA. No exercício de 2012, foi lançado o edital número 9, cuja linha de apoio desse edital é voltada para projetos que contribuam para a promoção e desenvolvimento de atividades relacionadas aos objetivos de contribuir para implementação de ações, visando minimização, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, com promoção da inclusão social, da saúde pública e da qualidade ambiental, em áreas públicas e privadas do município de São Paulo. Isso foi tirado do objeto, da finalidade, do edital. Então, é o texto que consta no edital. Então ele foi um edital voltado, especificamente, para a gestão de resíduos sólidos no município. Desse edital, foram aprovados até agora, 10 projetos que foram apresentados, e restam três projetos a serem votados, dois deles estão na pauta de hoje, a gente vai discutir ele no próximo item de pauta. Foram assinados sete convênios com a SVMA ao longo do ano, referente a projetos aprovados por editais anteriores. Então, do edital do FEMA 6, do FEMA 7 e do



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

FEMA 8, cuja somatória de valores aprovados implica no montante de R\$ 781.162,50. Dos créditos de carbono, dos recursos oriundos de créditos de carbono, foram aprovados 16 projetos ao longo do ano, no montante de R\$ 31.379.447,47. Projetos oriundos das Secretarias, principalmente da Secretaria de Transportes, para a utilização de recursos de multa de inspeção veicular, foram 2 projetos aprovados, no valor de R\$ 20.950.185, 35. E de recursos gerados por termos de compromisso ambiental, foram apresentados 54 projetos para a utilização desses recursos, no montante de R\$ 38.733.055,80. Lembrando que a aprovação desses valores implica ainda, em procedimentos administrativos, de transferência de recursos, de realização de licitações. Nos casos dos Termos de Compromisso Ambiental, que implica em desapropriação de áreas, então tem todo um procedimento do Departamento de Desapropriações. Então esses recursos, embora tenham sido aprovados, eles não foram totalmente executados ao longo do exercício. Então, se vocês pegarem execução orçamentária, que está disponível na internet, nós não realizamos efetivamente todos esses valores, porque eles dependem de todo esse trâmite burocrático. Porém, o que está sendo colocado aqui é o que foi efetivamente aprovado por este Conselho. Aqui, eu tenho algumas imagens de projetos que foram realizados, não sei se está muito visível. Mas alguns projetos que foram realizados, principalmente com recursos de créditos de carbono, na região de Perus, onde funciona o aterro Bandeirantes. E aí, esses projetos são apresentados pela subprefeitura para este Conselho, esse Conselho aprova, transfere o dinheiro para a subprefeitura e a subprefeitura realiza as obras. Então aqui tem o exemplo de algumas obras que foram realizadas com recursos de crédito de carbono, na região de Perus. Que é a recuperação de praças e áreas verdes principalmente. Essa aqui é uma imagem, de alguns dos projetos que foram financiados pelos editais, ou seja, a gente financia o projeto através de organizações não-governamentais, e essas organizações não-governamentais aplicam esse projeto no local, na área de atuação da ONG, e aí a gente tem algumas imagens, aqui, de resultados de projetos. Esse aqui foi um projeto da Divisão Veterinária, aqui da Secretaria, que fazia a soltura e a monitoração de bugios que eram capturados, readaptados, e soltos, novamente, na mata. E através desses colares, que eram colocados, eles eram monitorados por GPS. Então, foi feito todo um acompanhamento da adaptação dele, desse animal... se o animal ficasse muito tempo parado, em um lugar, através do GPS, se identificava, os veterinários iam até o local para saber o que estava acontecendo. Então, foi um projeto de dois anos, que foi bastante interessante. Esse aqui também é um projeto, “Boas Práticas Ambientais Para Uma Vida Melhor”, onde foram montados alguns viveiros, canteiros de produção agrícola. Eu teria mais mil fotos aqui, mas aí, a coisa vai se estender muito. Então esse é o relatório de atividades do exercício de 2012. Eu queria até acrescentar: amanhã, na reunião do CADES, estarão sendo estabelecidas as novas diretrizes para utilização dos recursos do FEMA. E essas novas diretrizes, foi a resolução 146 do CADES do ano passado, e a Secretaria, através do DPP, Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas, estaria incluindo mais um item a essas diretrizes. Então talvez seja o caso da gente submeter primeiro, à apreciação desse Conselho, esse relatório para votação. Se ele for aprovado, a gente entra com as diretrizes que serão propostas para o CADES amanhã, para utilização dos recursos do FEMA. Podemos ir para a votação,



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

então? Então, a gente tem aqui uma rotina, que a gente sempre faz a votação pelo lado positivo. Então, eu sempre pergunto primeiramente, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação, e depois, os que não são favoráveis à aprovação. Os Conselheiros novos...

Luiz Eduardo Peres Damasceno: Rubens, por gentileza. Desculpe interromper. O Secretário pediu que fizesse a leitura.

Secretário Ricardo Teixeira: O que nós vamos votar? Faz a leitura.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. Na verdade, é assim: o que nós estamos votando agora, é este relatório que cada Conselheiro tem em mãos, um relatório, e eu fiz este resumo. Então, esse relatório, sendo aprovado... Na verdade, ele é só uma formalidade, porque é uma descrição das atividades do ano passado. Em sendo aprovado, ele será apresentado amanhã, no CADES. E aí depois, a gente vai passar para a resolução do CADES, para as propostas de diretrizes, que aí eu posso ler, uma a uma, quais são as propostas.

Luiz Eduardo Peres Damasceno: Alguém tem alguma dúvida?

Marília Câmara de Assis: Eu tenho.

Luiz Eduardo Peres Damasceno: Pode falar, por gentileza.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só peço que falem no microfone, porque as reuniões são gravadas e transcritas.

Marília Câmara de Assis: Não, na verdade, é só um posicionamento, porque como estou chegando hoje, imagino que os outros que estão chegando também possam...

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu peço que você se apresente então, para ficar constando na ata...

Marília Câmara de Assis: Ah, sim. Marília Câmara de Assis, do SEMPLA. Na verdade é mais... Eu não me sinto confortável para tomar nenhuma decisão hoje, para votar, para me posicionar, porque realmente, eu não tenho conhecimento nenhum sobre esse documento. Acho que seria precipitado, então eu prefiro... Não sei. Gostaria de saber como que a gente pode...

Secretário Executivo Rubens Borges: Nesse caso, nós temos duas opções. Nós temos aqui, algumas deliberações. Essa aqui não implica em muito estudo. Seria mais uma apresentação. Mas as outras, que são dois projetos que estão sendo avaliados dependem daí, de vocês, de uma leitura mais aprofundada. Então é assim: a equipe técnica que avaliou os projetos está aqui, e vai fazer uma apresentação do relatório técnico desse projeto. Se vocês se sentirem à vontade para votar, a gente pode colocar em votação. E aí...



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Orador não identificado: Rubens, pela ordem. Faz primeiro a apresentação. É porque é difícil, para nós que estamos chegando, votar uma coisa que a gente não conhece. Então, se os técnicos vão apresentar, eles apresentam, a gente vota.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. Então eu só queria votar primeiro este relatório, e se estiver aprovado, para a gente passar para o próximo ponto de pauta. Então coloco aqui, à... Não. Eu não tenho ele completo. Não. Mas eu fiz um resumo. Senhores, alguma dúvida? Não? O pessoal estava sugerindo que eu colocasse o relatório todo aqui, mas o relatório é extenso. Têm várias páginas. Vocês têm um exemplar desse relatório com vocês, que vocês podem...

Luiz Eduardo Peres Damasceno: Rubens, eu não tenho pressa. Acho que a gente está aqui para a colocação da Marília. É importante falar, mostrar. Não tem problema. Nós estamos preparados para aprender com vocês. E as pessoas que estão chegando... O depoimento da Marília é o mesmo que o meu, precisa ter tranquilidade para fazer a votação. Eu também não me sinto à vontade em votar um relatório, sem antes estar debatido.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. Então eu vou fazer o seguinte: vou subir com um pen-drive, gravo o relatório, e trago ele na íntegra...

Luiz Eduardo Peres Damasceno: Mais cinco minutinhos para um cafezinho, e a gente retorna e continua com o senhor. Está bom, Marília, assim?

Secretário Executivo Rubens Borges: Tudo bem?

Marília Câmara de Assis: Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: A sugestão aqui é a de que nós passássemos para o próximo ponto de pauta, mas depende de deliberação também. Então acho melhor a gente seguir a sequência da ata. Dois minutinhos, eu já volto.

Cons. Gilmar: Gilmar (incompreensível). Só queria acrescentar uma coisa. Importante essa questão do Tribunal de Contas, porque não é só aqui no FEMA que se encontram dificuldades. Eu faço parte do CONSEMA também, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, e o próprio FEIDO que é outro fundo importante, que financia ações na área dos recursos hídricos, está passando por problemas, exatamente porque não há uma articulação, não há um entendimento sobre a questão da atuação do Tribunal de Contas e as próprias regras do fundo, que foram discutidas etc. etc. Acho que é importante essa integração, porque senão, nós ficamos apenas à mercê de que somos adotados, aí vêm as contestações, e não há didática para entender a própria função do Tribunal de Contas. Acho que é importante que o Executivo, ou enfim, os órgãos que atuam sob essa... vocês conhecem muito bem isso, traga também, os representantes para explicar



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

(incompreensível). Qual é a intenção do Tribunal... Todo mundo sabe, exatamente, o que faz o Tribunal de Contas. Eu estou falando isso em tese, obviamente. Não levem ao pé da letra, isso. Então seria importante que, didaticamente, promotores, tribunais de conta, de vez em quando venham dialogar com a sociedade, no sentido de dizer: “*olha, estamos entendendo isso, e como vocês rebatem isso?*” Não simplesmente ir lá, auditar ou barrar e fazer uma ação apenas fiscalizatória. Ok. Obrigado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, só reafirmando, a gente vai para a próxima reunião, para as próximas reuniões, a gente vai reafirmar o convite ao Tribunal de Contas, e esperamos que eles participem das próximas. Conforme o Secretário nos pediu, eu trouxe aqui, a íntegra do relatório de atividades do CONFEMA, e tem aqui uma introdução, que é a legislação, que foi colocado no slide, e depois eu coloquei aqui, as pautas de todas as reuniões. Então a 66ª, 67ª, e os assuntos que foram discutidos na pauta. Como foram 12, 14... acho que 16 reuniões, se não me engano, ao todo, entre as extraordinárias e ordinárias, não sei se eu posso passar o conteúdo das atas, porque se eu for ler, a gente vai ficar o resto do dia aqui, lendo as pautas. No entanto, a gente pode pegar uma a título de exemplo...

Cons. Cecília: Rubens, a Maria aqui do meu lado, se você me permite falar em seu nome, ela colocou uma questão, a seguinte: quando foi nos enviado o convite para chamar para a reunião, deveria ter sido passado também esse arquivo. Porque aí, a gente poderia ter lido com mais...

Secretário Executivo Rubens Borges: Com mais atenção.

Cons. Cecília: É. Porque uma coisa é chegar aqui de manhã, e receber o relatório. Outra coisa é receber um ou dois dias antes, dar uma passada de olhos, não é verdade? Eu acho que para as próximas reuniões, poderia ser adotado esse combinado. De passar as informações com antecedência.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. Então vamos dar o encaminhamento aqui. Eu não sei se vocês querem concluir a apresentação hoje, e vamos para a votação, ou a gente pode adiar a votação, para vocês terem mais tempo de ler, e em uma próxima reunião, a gente submete. Só que aí, fica prejudicada a apresentação do CADES de amanhã, por conta de não ter sido aprovado pelo CONFEMA hoje. Então não sei qual que vai ser a condução, o que vocês acham melhor.

Cons. Cecília: Olha, eu, como Conselheira antiga, eu sou da sociedade civil, para quem não me conhece, e eu tenho algumas questões que eu acho que... porque uma das questões do Ministério Público é porque não vejo ele simplesmente como auditor. Eu vejo que é atribuído a ele algumas decisões, alguns regulamentos, que a gente não consegue entender, e que é respondido apenas como vindo de lá para cá. Mas quanto ao relatório, eu demonstro a minha simpatia e confiança, na... eu sou feliz com a gestão passada, e eu deposito minha confiança nos técnicos. Eu me sinto à vontade de fazer



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

isso, porque senti um clima de harmonia no Conselho, e eu me sinto à vontade de depositar esse voto de confiança para que a coisa caminhe.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente agradece a confiança da senhora, dona Cecília. Do corpo técnico. Falo em nome do corpo técnico do FEMA, do DPP2, e aí, estendo então a pergunta, aos outros Conselheiros, principalmente os antigos, se se sentem à vontade de votar esse relatório, ou se preferem deixar para outra oportunidade. Podemos continuar? Bom, então eu vou fazer uma breve apresentação deste relatório de uma forma mais completa aqui, porque o que estava no Power Point era só um resumo. A pedido do Secretário, a gente vai fazer essa apresentação, e depois a gente submete à apreciação de vocês. Então, na primeira parte do relatório, nós temos todas as pautas das reuniões, com os temas que foram debatidos. Então temos aqui a apresentação, os temas, os projetos que foram debatidos ao longo das reuniões. Em um segundo momento constam todas as resoluções. Essas resoluções, inclusive, estão todas disponíveis na página da Secretaria. Fica lá, tem um campo para o FEMA, e elas ficam todas disponíveis para consulta, tanto da administração como da população. Então, foram 67, não é isso? 67 resoluções. Basicamente todas sobre a aprovação de projetos candidatos a recursos do FEMA. E aí, entramos nos editais. Então, ao longo de 2012, foi lançado o edital 9, que a linha de apoio era a implementação de estratégias da não-geração, redução, reutilização, e reciclagem de resíduos sólidos, do município de São Paulo. Então ao longo de 2012, os procedimentos foram recebimento dos projetos pela equipe do DPP-2. Foi no período de março a maio de 2012. Depois teve a discussão e análise de cada projeto pela Comissão de Avaliação de Projetos, que é chamada de CAV, realizada no período de março a novembro de 2012. No terceiro item, teve a avaliação e deliberação deste Conselho com apresentação de parecer técnico de cada projeto, individualizado, visando subsidiar a deliberação do Conselho, com relação à aprovação dos projetos, e atualmente nós estamos em um período de... Os projetos aprovados, nós estamos em um período de recebimento de documentação das organizações aprovadas, das ONGs que tiveram seus projetos aprovados, para assinatura dos convênios. Então, é essa fase que nós estamos hoje. Durante o exercício de 2012, foram assinados 7 projetos. Foram 2 do edital FEMA 6, que já tinham sido aprovados, mas que tinham algumas pendências, e foram assinados em 2012. São 2 projetos da instituição **Axé Ilé Dozuani**. Do edital FEMA número 7, foram 4 projetos. Do Instituto Cinco Elementos, do Instituto Ambiental, do IPESA, que é Instituto de Projetos e Pesquisa Socioambiental, e da Associação **URUSVAT**, perfazendo o montante de recurso de R\$ 378.000,00 do edital 7. E do edital 8 foi assinado também um convênio com o Instituto de Educação e Pesquisas Cinco Elementos, no valor de R\$85.000,00. Dos créditos de carbono, em 2012, nós tivemos o terceiro leilão de crédito de carbono, que gerou recursos para o FEMA, no montante de R\$ 4.532.000,00. Esses recursos são depositados na conta e aplicados em projetos voltados à região dos aterros Bandeirantes e do São João. Então, eu tenho aqui a relação de cada um dos projetos, e os valores de cada um deles. E aí, alguns chamam a atenção por conta do montante. Então a gente tem apreciação e deliberação sobre complementação de aditivo de valor de implantação do Parque Nebulosas. Então essa foi uma desapropriação que foi feita para implantação de



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

um parque, e por conta de uma decisão judicial, teve que ter uma complementação de R\$ 1.032.000,00. E aí, decisão judicial, a gente não tem acesso para discutir. A gente cumpre. Tem outra de valor alto, também, que é a deliberação sobre obras de urbanização da Favela Bamburral, que é um dos projetos que foram aprovados, inclusive discutido em audiências públicas lá na região de Perus, e o valor desse projeto era de R\$ 5.148.000,00. Outro também, de valor grande, são a execução de serviços e obras de instalação elétrica do Parque Sapopemba, R\$ 7.421.000,00, e têm alguns outros aqui, R\$ 3.000.000,00. Deixa eu ver. Desapropriação de terreno localizado na **Rua Tauru**, sem número, e avenida Recanto Verde do Sol, no bairro do Iguatemi, desapropriação também, para implantação do Parque Córrego do Limoeiro. Eu estou destacando só os de maior valor. E apreciação e deliberação sobre contratação de obra de implantação do Parque Nair Belo, R\$ 4.729.000,00. O Parque Sapopemba saiu de novo aqui. Então a gente tem que arrumar aqui. Projetos financiados com recursos da multa da inspeção veicular, como eu tinha falado para vocês, foram aprovados dois projetos, apresentados pela Secretaria de Transportes. Uma era a modernização da infraestrutura de sistema de trólebus, no valor de R\$ 5.010.000,00, e o outro modernização, também, de sistema de elétrica, que seria a troca da suspensão rígida por uma suspensão flexível, dos trechos Celso Garcia, Paes de Barros e Vila Formosa, no valor de R\$ 15.939.000,00. Então deu, no total, R\$ 20.000.000,00 que foi aprovado por este Conselho. Dos projetos financiados com recursos dos Termos de Compensação Ambiental, esses projetos, por ser Compensação Ambiental, eles são voltados, basicamente, para desapropriação de áreas para implantação de áreas verdes. Então a maior parte dos projetos aplicados, que o recurso foi aplicado, ou é desapropriação, ou é complementação judicial de valor das desapropriações. Então aqui, os valores são variados, um número de projetos bastante grande também, que deu um total de R\$ 38.729.115,80. É basicamente desapropriação para implantação de áreas verdes. Para o exercício de 2013, foram considerados os projetos que estão em andamento, principalmente os de edital. Do valor destinado para o edital FEMA6, restam ainda, para 2013, pagar R\$ 212.159,60, de projetos que estão em andamento. Do edital FEMA 7, R\$ 339.111,72, do edital FEMA 8, R\$ 107.980,00. E o valor destinado para o FEMA 9, mas que a gente está em fase de assinatura de convênios, R\$ 1.272.154,84. Então total previsto para editais, tirando os créditos de carbono, os TCAs, para os editais é R\$ 1.931.406,16. Isso com base em projetos que estão em andamento e a expectativa de assinatura. Então, esse edital 9, por exemplo, esse R\$ 1.200.000,00 que consta aqui, ele pode, eventualmente, não ser realizado na íntegra, porque se, eventualmente, alguma ONG que a gente vá firmar convênio não tenha documentação, ou tenha algum impedimento legal para realizar esse projeto, então aí, esse valor não é realizado. Eu lembro que por ser Fundo de Meio Ambiente, então, todo recurso que é destinado para um determinado fim, e que não seja utilizado, ele não sai, financeiramente da conta do Fundo. Ele permanece lá. Então orçamentariamente, dia 31/12 termina o orçamento. A gente passa a executar o orçamento do ano seguinte, porém o recurso, o dinheiro, efetivamente, que está depositado na conta, permanece na conta. O saldo em 31/12, eu acho que eu coloquei aqui também, era R\$ 124.328.790,00. Mas o saldo a gente pega todo final de mês, eu atualizo esse saldo. Então 31/12 que é quando encerrou o



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

exercício, estava R\$ 124.000.000,00. E orçamentariamente, na verdade, nós temos R\$ 82.000.000,00 no orçamento do FEMA, nós temos R\$ 82.000.000,00 aprovados, então a gente sabe que tem uma diferença. Entre R\$ 80.000.000,00 e os R\$ 124.000.000,00 depositados. Essa diferença, se eventualmente nós gastarmos R\$ 82.000.000,00 ao longo do ano, a gente ainda pode pleitear junto à Secretaria de Planejamento, uma suplementação por um excesso de arrecadação, e pedir autorização para utilizar esse recurso. E SEMPLA autorizando, a gente pode utilizar. Porém, a gente tem um histórico de que a gente não consegue executar 100% do orçamento, por conta do desenvolvimento do projeto. A gente não paga o projeto de uma vez só. A gente paga ao longo dos projetos. Então esses desembolsos são parcelados, então nem sempre a gente consegue pagar, ou comprometer todo o recurso que foi aprovado pelo CONFEMA. Então, dá essa diferença, e a gente acaba não conseguindo executar 100% do orçamento. Alguma dúvida?

Cons. Cecília: Eu tenho.

Secretário Executivo Rubens Borges: Pois não, dona Cecília.

Cons. Cecília: Aqui no final, significa que embora a gente tenha R\$ 124.000.000,00, a gente, em princípio, só poderia usar R\$ 82.000.000,00 em 2013?

Secretário Executivo Rubens Borges: Em princípio, sim. Que é o que foi aprovado pela Câmara Municipal, na aprovação do orçamento.

Cons. Cecília: É. Mas a Câmara Municipal sabia que a gente tinha os R\$124.000.000,00 e ela só aprovou R\$ 82.000.000,00? Por que motivo?

Secretário Executivo Rubens Borges: É assim: quando a gente faz a peça orçamentária, normalmente entre julho e agosto, a gente faz uma estimativa de arrecadação. Então, a gente passa isso para a Câmara. É colocado para a Câmara a estimativa de arrecadação do ano seguinte, e é colocado, também, a estimativa de despesas, onde a gente vai aplicar esses recursos. Então, ao longo do ano, nós fizemos uma estimativa de que íamos gastar perto de R\$ 80.000.000,00. Foi um pouco mais do que isso. Acho que foi R\$ 85.000.000,00, mas foi aprovado R\$ 82.000.000,00 pela Câmara, houve alguns cortes, algumas modificações. Foi aprovado R\$82.000.000,00.

Cons. Cecília: Entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, a princípio, nós temos esses R\$ 82.000.000,00 e a Câmara sabia, porque ela tem o estudo da estimativa de arrecadação.

Cons. Cecília: Que era a proposta da própria Secretaria?

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato. Então o que foi proposto foi aprovado quase que integralmente. Nós não temos o que reclamar.



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Cecília: E dado que tem mais dinheiro na conta do que foi previsto inicialmente, isso não volta para a Câmara?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Porque assim, nós fazemos o orçamento entre agosto e setembro, passa pela Secretaria de Planejamento, e só em novembro, mais ou menos, é que vai para a Câmara Municipal, novembro ou dezembro, para aprovação. Essa arrecadação, esse excesso de arrecadação que nós tivemos, foi o que ocorreu da época que nós fizemos o orçamento, que foi na metade do ano, até o final do ano. Então, nós não tínhamos como prever, exatamente, qual o valor que iria entrar na conta.

Cons. Cecília: Mas, Rubens, você concorda que essa parte excedente é aproximadamente 50% do valor previsto?

Secretário Executivo Rubens Borges: Concordo.

Cons. Cecília: Ou seja, é uma quantia muito relevante. De 80 para 120. É uma diferença muito grande. R\$ 40.000.000,00?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, é que é assim, nós tivemos alguns episódios, por exemplo, a arrecadação de multas. É o tipo da coisa que a gente pode estimar, com base no histórico anterior, mas a gente não tem como saber o quanto vai ser arrecadado de multa. E no segundo semestre do ano passado, houve uma arrecadação superior ao previsto. Outra coisa foi o Leilão de Créditos de Carbono, que foi em torno de R\$ 4.500.000,00, que nós não sabíamos se esse leilão ia vingar ou não. Porque ficou dois, quase três anos sem ter nenhum leilão. Então, embora a gente tivesse uma expectativa, nós não prevíamos essa arrecadação, porque a gente não tinha certeza de que ela fosse acontecer. Então teve alguns episódios de recursos que entraram na conta, principalmente no segundo semestre do ano, e que superou a expectativa de arrecadação que nós estimamos na metade do ano, quando foi feita a peça orçamentária. E aí dá essa diferença. Eu acho que assim, alguns detalhes orçamentários que fogem ao meu conhecimento, na próxima reunião, a gente pode trazer alguém (incompreensível), talvez o Jairo, para dar uma...

Cons. Cecília: Mas só... Mas eu acho assim, que... a gente poderia rever isso de sempre não sabe se vai acontecer ou não, supõe que não acontece. Não sabe... Eu acho que tem que... Não sabe se vai acontecer ou não, tem que por metade. Porque você vê, dá uma diferença grande. Eu acho que...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, dona Cecília, a orientação que nós temos quando a gente elabora...

Cons. Cecília: Tem que rever...

Secretário Executivo Rubens Borges: O orçamento, é de prever todas as despesas e arrecadação, e sempre prever pelo mínimo (incompreensível) possível...



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Cecília: O pior caso?

Secretário Executivo Rubens Borges: Porque a gente não sabe o que vai acontecer. Se de repente, eu ponho lá, uma expectativa de arrecadação de R\$ 100.000.000,00, e coloco no orçamento R\$ 100.000.000,00 e depois eu não arrecado aquilo, eu comprometo o orçamento do restante da prefeitura, porque é recurso orçamentário, e aí, é todo distribuído. O dinheiro da prefeitura, embora o fundo seja tratado separadamente, mas quando o orçamento é tratado, ele é tratado de maneira geral. Então, a gente não pode prever uma coisa que a gente não tem certeza. A gente só prevê aquilo de acordo com o histórico passado. Algumas vezes, a gente faz um ajuste, de... então, se eu arrecadei R\$ 100.000,00 no ano passado, e aí, eu estou prevendo, sei lá, 10% a mais, então eu faço esse ajuste em uma expectativa de arrecadação, mas eu não posso fazer uma previsão muito alta, porque senão eu posso estar furando todo o estudo do orçamento, da Secretaria de Planejamento, as discussões na Câmara Municipal. E é um recurso que é imprevisível. Multa, por exemplo, a gente nunca sabe o quanto vai entrar de multa. Termos de compromissos ambientais, a gente nunca sabe quantos termos serão firmados. Então a gente faz uma estimativa.

Cons. Cecília: Mas parece que você falou que existe uma possibilidade de poder usar esses R\$ 40.000.000,00...

Secretário Executivo Rubens Borges: Uma vez que o dinheiro está lá efetivamente, eu posso solicitar, para a SEMPLA, a utilização desse recurso.

Cons. Cecília: Ah, entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só que no ano passado, eu não sabia que eu ia ter até dezembro para fazer esse recurso.

Cons. Cecília: Entendi. Mas aí resolve.

Secretário Executivo Rubens Borges: Aí resolve.

Cons. Cecília: Certo. Perfeito.

Secretário Executivo Rubens Borges: Agora, pelo histórico, pelo que a gente tem, desde o início da atividade do FEMA, nós nunca conseguimos executar 100% do orçamento, por conta dos pagamentos, dos recursos serem utilizados parceladamente. Eu não pago tudo de uma vez. Então todos esses valores que foram aprovados, a gente não desembolsa de uma vez. A gente desembolsa ao longo do ano, e às vezes, vira de um ano para o outro. Então, a gente, embora tenha comprometido aquele valor, eu não consigo executá-lo na íntegra. A Amélia é da Secretaria de Planejamento, eu acho que tem alguma informação adicional. Por favor, Amélia.



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Amélia: Com respeito a essas outras fontes, que no caso o FEMA, que é a fonte 08, é municipal, mas ela é vinculada ao fundo, e é específica para utilização apenas em projetos do FEMA. Então, no caso, nós temos a orientação de priorizarmos a utilização desses recursos, que não fonte 00, Tesouro Municipal, que é escasso. Então, quanto mais nós conseguirmos aplicar em projetos com esses recursos que não... chamamos de outras fontes, melhor ainda. Porque nós podemos deixar de usar o 00, a fonte 00, que seriam recurso municipal mesmo, e utilizarmos para fazermos projetos diversos, e aí seria muito mais bem utilizado o recurso da fonte 00. Então se o FEMA tiver projetos que totalizem 124, nós suplementaríamos assim, rapidinho. Então, isso daí não é problema.

Secretário Executivo Rubens Borges: Reafirma aquela...

Cons. Amélia: Dos 82 que foram aprovados, foram na íntegra. O que vocês pediram foram aprovados. 82 mesmo. Então, não foram cortados. O que pode ter acontecido, é algum ajuste na receita prevista, estimada lá, por SF, e por vocês, é que deve ter sido feito ajuste na despesa. Mas não que foi cortado. Então se vocês tivessem apresentado o orçamento de 124, nós teríamos liberado isso mesmo. Então, isso não tem empecilho nenhum para você aprovar o orçamento de fonte 08. Está bom?

Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado, Cecília.

Cons. Cecília: Agora eu quero também, deixar aqui registrado, não sei, para ver como que pode ser encaminhado. Porque todo mundo sabe que lá no Morro do Querosene, a gente tem a Chácara da Fonte. E ela está em uma situação de calamidade. Porque já não está mais saindo a água pelo... A gente conseguiu o tombamento, mas a situação da Chácara está pior do que quando a gente começou o nosso movimento de preservação. Já está tombado, já tem o DUP. O DUP está correndo. Então a Secretaria do Verde deu início ao processo de expropriação. Ela entrou no programa dos 100 Parques. Só que em todos os lugares... A Secretaria do Desenvolvimento Urbano avaliou a área em R\$ 20 milhões. E todos os lugares que eu vou, a prefeitura responde: *“Ah, não temos dinheiro. Não temos dinheiro. Não temos dinheiro.”* Nós temos. Temos aqui, R\$ 40 milhões parados na conta. Então, eu já queria... Então, eu não sabia que tinha esses R\$ 40 milhões. Porque em todos os lugares que eu vou, é dito que está sem dinheiro, que a prefeitura anterior passou para o atual governo as contas muito baixas, e tal. Mas então, isso não é verdade. A gente está passando para o atual governo, uma conta boa.

Secretário Executivo Rubens Borges: Dona Cecília, só... Esse assunto... Não, dona Cecília, é assim... Só para a gente concluir, esse projeto da senhora, eu sei que está lá no DEPLAN, e assim, por ser uma proposta expropriatória, tem que ter uma desapropriação da área, a definição dos valores, embora a gente faça uma estimativa, ela é feita pelo Departamento de Desapropriação. Se for proposta com recursos do FEMA, certamente a gente sabe que tem recurso para isso. Agora, o processo precisa, formalmente, chegar para nós. Então, só por uma questão de ordem, esse seria um item



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

de inclusão de pauta, e que como não foi previsto, vai atrasar todo o andamento da nossa pauta.

Cons. Cecília: Está bom.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então eu pediria que na próxima reunião a senhora pedisse a inclusão, e a gente voltaria a discutir o assunto...

Cons. Cecília: Eu posso ainda incluir. Posso pedir para que seja incluído como...

Secretário Executivo Rubens Borges: Hoje, a gente está sem momento, mas para a próxima...

Cons. Cecília: Não, não. Para a próxima. Para a próxima.

Secretário Executivo Rubens Borges: E aí, eu aproveito para ver com o Evandro...

Cons. Cecília: Perfeito. Está ótimo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Em que situação que está o projeto, a expropriação, porque tem fazer uma série de procedimentos, aqui, internos antes de dar encaminhamento...

Cons. Cecília: Está ótimo.

Secretário Executivo Rubens Borges: E a gente posiciona a senhora com relação a isso.

Cons. Cecília: Rubens, eu estou satisfeita. Mas retomando aqui o relatório, eu queria te fazer mais uma pergunta: por que alguns projetos que são de 2008, eles ainda vão ser pagos? Ou foram pagos em 2012. Por que tem essa... De 2008, 2009...

Secretário Executivo Rubens Borges: Existem dois critérios. O primeiro é que assim, a documentação da ONG tem que estar em dia, para a gente assinar o convênio, e às vezes existe alguma pendência documental. Então, atrasa um pouco... Não tanto. Não 2 anos. Mas um pouco, a assinatura do convênio. E às vezes vira de um ano para o outro. Se o projeto é aprovado no final do ano a gente só assina no ano seguinte. Esses que têm um pouco mais de tempo, é porque embora o projeto tivesse sido aprovado aqui pelo CONFEMA, tivesse recurso disponível, mas essa instituição tinha dois outros projetos em andamento. Então, por conta de não ter vários projetos simultaneamente, e de repente, a instituição não ter condições técnicas de desenvolver vários projetos, e comprometer recursos públicos, então foi um critério acertado com a antiga administração, de que se tivesse a instituição mais de dois projetos, o terceiro a gente seguraria pelo menos até terminar um. Para que não tenha mais de dois simultaneamente. Isso por conta de capacidade técnica da ONG de desenvolver o



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

projeto. Não que não tenha. Mas por uma questão de resguardo dos recursos públicos, de não aplicar em uma ONG que não consiga tocar três, quatro projetos simultaneamente, e aí, a gente comprometer um recurso com algo que não vai dar em nada. Então o critério é assim: se tiver mais de dois projetos simultâneos, a gente aguarda terminar o primeiro, e aí, dá entrada em um outro e assim por diante.

Cons. Cecília: Uma proposta, que eu não sei como que poderia ser adequada. Mas é que se ela já têm dois projetos em andamento, ela não é aprovada naquele edital, ela espera outro edital para que a gente...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, a gente não pode proibir as ONGs de apresentarem os seus projetos, e se o projeto for bom, ser aprovado. O que a gente pode, é fazer esse lapso de tempo entre o término de um projeto e o início de outro, para que a ONG tenha condições técnicas de desenvolver todos os projetos. Então a gente o mantém aprovado, já discutido e aprovado, e oportunamente, a gente assina o convênio e desenvolve o projeto.

Cons. Cecília: Mas tanta coisa pode acontecer nesse período. Você aprova. Depois de 4 anos... Nossa! Sei lá, o diretor da ONG pode até ter morrido, o outro ter viajado, outro... a gente vive...

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas o projeto é reavaliado no momento da assinatura, os orçamentos são readequados e se a ONG entender que os orçamentos estão defasados, e não quiser assinar, ela não tem obrigação, então... ela pode...

Cons. Cecília: E nem a Secretaria, também?

Secretário Executivo Rubens Borges: E nem a Secretaria.

Cons. Cecília: Ah, certo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ela pode não assinar, caso ela entenda que ficou inviável. Aí ela não assina, e ela pode participar de outros editais.

Cons. Cecília: Ou que a Secretaria também... Ah, então...

Nízea: Nízea, DPP. Eu acho que é bom informar assim, que na verdade, existe uma Comissão que têm três pessoas, uma CAV, que avalia esses projetos simultâneos. Então, se a gente pegar, por exemplo, Cinco Elementos, ela apresentou um projeto no FEMA 08, 2 no FEMA 07, e 1 no FEMA 06. No FEMA 07, ela teve um aprovado. No 8, um, e no 6. A Comissão avalia a possibilidade da ONG desenvolver esse projeto tecnicamente. Então toda vez que ela termina um projeto, que vai começar outro, um segundo, a gente faz novamente essa avaliação. Senta três pessoas. A ONG tem que fazer uma declaração, dizendo se aquele profissional continua lá, quem são esses profissionais. A gente retoma o projeto. E a qualquer momento, a ONG pode desistir,



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

assim como também, nós, não ter mais interesse de estar assinando aquele convênio. Então assim, o projeto está aprovado, a gente tem que terminar ele. Ou assinando, ou então fazendo um termo de desistência de uma das partes. É assim que funciona.

Cons. Cecília: E nesse caso, será que volta para os Conselheiros avaliarem se interessa também, ou não, aquele projeto, depois de 3 anos? Eu achei interessante que você falou que a CAV, ela vai avaliar se aquele projeto ainda interessa, depois de 2 ou 3 anos. Pode ser que já não interesse mais.

Nízea: Então não é a mesma CAV que avaliou. É uma CAV de simultâneos, que a gente chama. Que assim, à medida que o projeto já foi aprovado pelo CONFEMA, ele está aprovado.

Cons. Cecília: Mas porém...

Nízea: A gente retoma porque o convênio, na verdade, é feito entre a SVMA e a ONG. Não é entre o Conselho. O Conselho delibera.

Cons. Cecília: Não, não. O que eu achei interessante de você falar, é que já que pode haver uma nova avaliação... vamos dizer que em 2008 aquele projeto interessava. Ele foi aprovado. Aí, em 2012, pode ser que já não interesse, porque já outras coisas aconteceram, e tal e tal. Então o Conselho que aprovou para 2008, ele deveria, novamente, aprovar. Porque para o Conselho, pode ser que... Mas a gente deveria de acrescentar isso, então. Sabe por quê? Assim como uma CAV composta de três pessoas pode avaliar que aquele projeto já não tem mais interesse, o Conselho também deveria de poder avaliar. Reavaliar.

Nízea: Então, na verdade, quando a gente aprova um projeto, é através de um edital. Então, tudo tem que estar previsto nesse edital. A gente não pode, no meio do processo, vamos dizer assim, mudar a regra, mudar a regra do jogo, porque isso abre espaço para qualquer uma outra ONG que não teve seu projeto, entrar com um recurso...

Cons. Cecília: Não, não. Eu falo, pelo menos esses.

Nízea: Isso a gente teria, dona Cecília...

Cons. Cecília: Que colocar nos próximos editais.

Nízea: Isso. Prever isso.

Cons. Cecília: Então está bom.

Nízea: Então o projeto que não for assinado em 2 anos, 1 ano, ele será revisto, votado novamente pelo CONFEMA. Entendeu? Então é isso. É uma questão que a senhora está



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

colocando que acho que quando a gente for pensar no novo edital, pode estar introduzindo essa questão.

Cons. Cecília: Está bom.

Secretário Executivo Rubens Borges: Para a próxima. Podemos colocar então em votação nosso relatório? Então, senhores Conselheiros que são favoráveis à aprovação desse relatório para apresentação no CADES, na primeira reunião plenária daquele Conselho, levantem a mão. Então foi aprovado por maioria. Os outros Conselheiros deixam de votar, se abstêm do voto então. Então, vai sair na ata, a abstenção do voto dos Conselheiros. Então, passando para o próximo ponto de pauta, agora a gente tem...

Coordenador Luiz Eduardo Damasceno: Apreciação e deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo edital FEMA de 09/2012, de número 79.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. Esses projetos, eles já foram submetidos à apreciação desse Conselho, um deles não tinha sido recomendado pela CAV. Esse Conselho pediu que fosse reavaliado. Reavaliado não. Foi feito um pedido de complementação do projeto. A instituição mandou essas complementações, e a Comissão Técnica reavaliou. O outro projeto, ele tinha sido aprovado com algumas recomendações, e também passou pela Comissão de avaliação técnica. O Valdson vai então, apresentar o relatório técnico, para submeter à votação do Conselho.

Valdson: Valdson, CAV, DGD Leste 1. Eu vou fazer a apresentação do projeto. Ler o objetivo, logo depois ele foi avaliado pela Comissão e houve, logo depois, uma conclusão, e aí parte para a deliberação. Eu vou ler o projeto, nome do projeto, chama Capacitação e Formação Continuada, Gerenciamento de Logística das Cooperativas de Catadores Seletivos de Materiais Recicláveis em Conjunto com a Conscientização da Comunidade na Educação Ambiental. Recifavela e Corpel. A instituição proponente é a MDF, que é Movimento de Defesa do Favelado. A localização geográfica, Vila Prudente, Sapopemba. O prazo de duração do projeto, 12 meses. E o valor total seria de R\$137.011,60. O valor financiado pelo FEMA seria de R\$ 123.586,00, e a contrapartida seria de R\$ 13.425,60. A linha temática se enquadra nas cooperativas de catadores, economia solidária e ecoeficiência. O resumo do projeto seria: o projeto visa dar continuidade ao processo de formação, capacitação, e apoio às cooperativas Recifavela, da Vila Prudente, e Corpel do Centro. Realizar atividades de conscientização, porta a porta, em quatro favelas da região, para ampliar coleta seletiva. Aqui nos objetivos, depois da avaliação que foi feita pelo Conselho... A conclusão que foi feita logo depois da avaliação foi: a proponente já trabalha com os mesmos grupos, cooperativas. A cooperativa Recifavela obteve recurso dos editais FEMA 05 e 07, sendo que no último, os beneficiários cooperados, já foram contemplados com o conteúdo abordado na capacitação prevista no projeto do edital FEMA 09. Assim como acompanhamento psicológico. Alguns membros da equipe técnica dos editais anteriores também permanecem os mesmos. O projeto atende parcialmente os critérios de seleção FEMA



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

09/2012, e demanda complementação de informações. Aí foram pedidas algumas solicitações...

Rita: Rita, do DPP. Eu só vou, na verdade, fazer uma síntese para os Conselheiros que não... na verdade, estão se assentando hoje. As fases dos projetos. Na verdade, esse projeto e os demais vieram para a CAV, a CAV avaliou especificamente esse que nós estamos analisando hoje, o término. A CAV colocou como não-recomendado, pelas questões que o Valdson colocou ali na conclusão. E na verdade, essa não-recomendação foi após a análise das complementações, ou seja, a CAV fez uma série de pedidos de complementações para que a entidade nos esclarecesse alguns pontos. Esses pontos foram, na verdade, respondidos pelo MDF, e nós julgamos que não estavam de acordo e a CAV julgou que não seria pertinente. Aí veio para este plenário, esse plenário achou, por bem, pedir e reforçar as complementações de uma outra forma de escrita, por julgar que talvez, eles não tivessem entendido algumas perguntas. Essa entidade encaminhou então, as novas complementações, mas atendendo uma resolução que esse Conselho deliberou, quando do pedido de reiteração, então o Conselho, na verdade, através da resolução 89, ela reitera, pelo mérito da proposta, porque eles julgaram que essa entidade é uma entidade idônea, teve bons resultados, enfim. Este CONFEMA resolve pedir a solicitação, reiterando algumas questões que a CAV já havia pedido, para que eles respondessem de uma forma mais esclarecedora. Eles esclareceram. Então aqui, essa resolução dá os itens que eles devem esclarecer melhor, eles esclareceram. Vocês querem que a gente leia esses pedidos? Que esses foram, na verdade, os itens que esse CONFEMA, anteriormente alguns estão, a senhora quer que leia?

Cons. Cecília: Que foi o Alexandre que redigiu?

Rita: É. Isso. Um Conselheiro fez um novo pedido, que esse Conselho auxiliou e ajudou, e saiu daqui essa resolução, pedindo a adequação dos valores destinado à contrapartida, por quê? Porque não é permitido oferecer como contrapartida, o aluguel de equipamentos permanentes, como Datashow e equipamentos de informática. A proponente então, naquela ocasião, deverá esclarecer se os equipamentos são de sua propriedade. Caso não seja, prever o depósito do valor total especificado, na conta do FEMA. Ou prever a substituição do item aluguel por outros itens de contrapartida. O outro item, em relação ainda, à contrapartida, é: não é permitido oferecer como contrapartida, gastos como gasolina para deslocamento da psicóloga e coordenador, e vale-transporte para educadores. Todos esses itens já estavam previstos no edital. E eles acabaram colocando, e nós pedimos essas alterações. Esclarecer se as salas são de propriedade da proponente, tendo em vista que conforme o edital, a contrapartida deve ser de sua propriedade. Caso não seja, a propriedade deverá prever o depósito do valor total especificado na conta do FEMA, ou prever a substituição do item aluguel, por outros itens de contrapartida. Descrever o formato de divulgação do material gráfico no jornal do bairro. Porque eles previam uma distribuição de jornal, mas não diziam para quê que era, e de que forma seria divulgado isso. E o projeto acima passou por deliberação do COMFEMA para ser aprovado com recursos do FEMA, na 30ª Reunião



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Plenária Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2012. Após isto, a entidade ela respondeu. O processo está na mesa com o Rubens e a Ellen. Então, estão todas as etapas que nós passamos aqui. Está tudo, na verdade, no processo. A entidade respondeu, isso foi para a DPP, o Rubens subsidiou a resposta da CAV. E a CAV então, fez uma informação deliberando, portanto, pela aprovação, segundo análise da parte de contrapartida, recursos financeiros que o Rubens auxiliou, e nós fizemos então uma folha de informação, que essa CAV fez e assinou.

Valdson: Vou fazer a leitura agora, que é: tendo em vista que a proponente, MDF – Movimento de Defesa do Favelado, atendeu a condicionante expressa na resolução número 089 do CONFEMA de 2012, de 23 de novembro de 2012, e considerando a manifestação contida na cota retro, a CAV julga que o projeto atende aos critérios de seleção do edital FEMA número 09/2012.

Rita: O que está contido na cota retro, é... está no processo, que foi a resposta, na verdade. O Rubens, ele avaliou item por item, da questão da contrapartida, da sala... A entidade, na verdade, ela tinha colocado que o equipamento era de aluguel, mas o equipamento pertence à ONG. Eles declararam isso, está no processo. É que eles tinham colocado... Feito uma conta do... da utilização desse equipamento, e tinha entendido que isso entrava como um aluguel. Então isso foi declarado pelo presidente da ONG, que os equipamentos são de propriedade da ONG, e os outros demais itens que foram avaliados e estão de acordo.

Cons. Cecília: Certo. Eu gostaria só de... Acho que caberia falar para os novos Conselheiros, para aqueles que estão chegando, que esse edital 09, que trata sobre resíduo sólido, que é uma questão bem séria da nossa sociedade. E os projetos apresentados deixaram muito a desejar. Acho que esperava-se projetos de melhor qualidade. Em geral, são projetos de cursos. Não são tanto, projetos de propostas mais... então, a gente também acabou... Nem preencheu toda a verba destinada para esse... Não preencheu toda a verba, e também os projetos, vamos dizer assim, a gente acabou escolhendo entre os piores, os melhores entre... os menos ruins, vamos dizer assim. Então, foi uma forma da gente atender mais, usar mais o recurso, e tal, e não pela qualidade de excelência do projeto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mais alguma dúvida?

Rita: Acho que pode colocar em votação. Alguém tem alguma dúvida?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, vamos para a votação. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto, conforme o parecer manifestado pela Comissão de Avaliação, levantem a mão. Então está aprovado com duas abstenções. São as Conselheira da Secretaria de Finanças e a Secretaria... São três votos favoráveis e duas abstenções. Então podemos passar para o próximo?



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Rita: O próximo projeto é a Ana que vai fazer um relato, mas também, só explicando o procedimento, aconteceu da mesma forma...

Ana Gimenez: Bom dia. Ana Gimenez, CAV. DGD Sul 3. Vou apresentar aqui então o projeto. Esse projeto tem como título - Programa Socioambiental para Utilização de Resíduos Sólidos como Tecnologia para Geração de Ocupação de Renda na Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, com Foco na População em Vulnerabilidade Social na Região de Parelheiros. A instituição proponente é a Fundação Mokiti Okada. Ela tem, na sua localização geográfica, é em Parelheiros. E o objetivo deste projeto é formar 15 beneficiários para desenvolver artesanato com materiais como **pet**, tetrapak, alumínio e retalhos de tecido, na técnica do patchwork. Os beneficiários receberão também, um curso de paisagismo, avivar a percepção, além de orientação para formação de associação e comercialização dos produtos. A escola parceira da instituição receberá instruções para iniciar coleta seletiva e destinação de óleo de cozinha e compostagem. Esse projeto foi avaliado pela CAV, e chegamos à conclusão de que ele tinha sido recomendado até então, mas com algumas ressalvas e algumas complementações. No momento das complementações, o que aconteceu? A CAV apontou que algumas restrições feitas pelo edital não estavam sendo cumpridas pela fundação, que teria que fazer pequenas adaptações ao processo, como por exemplo, dinheiro de contrapartida, e alguns materiais que eles tinham solicitado. Porém, no seu momento de complementações, começaram a surgir divergências na quantidade de horas técnicas e nos cálculos das atividades. Então, do ponto de vista das metas e dos materiais solicitados, alguns valores começaram a não bater. E outra situação muito grave foi que houve alteração total no custo do FEMA, ou seja, o projeto que tinha um determinado custo passou a ter outro. E além do que, para conseguir alcançar determinados valores, a instituição sugeriu que algumas cargas horárias dos técnicos, elas fossem alteradas. Então, tinha alteração de carga, por exemplo, de 8 para 60 horas. E a CAV entendeu que esse projeto então, como ele tinha sofrido muita alteração do seu projeto original, e isso destoa do que a CAV e do que o próprio edital do FEMA prevê, então esse projeto foi considerado, em sua conclusão, como não-recomendado. Eu vou ler aqui a conclusão para vocês. Continuam os 15. Continuam. Eu vou ler a conclusão então. Após análise da resposta da proponente fundação Mokiti Okada, acerca da solicitação contida na resolução número 079, CONFEMA 2012, de 13 de novembro de 2012, e considerando a manifestação contida na cota retro, a CAV entende que houve modificação do projeto originalmente proposto, uma vez que a carga horária de cada uma das atividades, 2.2, 3.1, 3.2, 4.1 e 4.2 foi ampliada. Assim sendo, o projeto não atende aos critérios de seleção do edital FEMA número 09/2012. Por fim, no caso do CONFEMA acatar esta manifestação, a CAV sugere que a resolução número 079 CONFEMA 2012, de 13 de novembro de 2012, seja revogada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Alguma dúvida? Não? Podemos ir para a votação? Então, os Conselheiros que são favoráveis à recomendação da CAV, de não aprovação do projeto, levantem a mão. Então o projeto não foi aprovado. Nós tivemos 4 votos, e duas abstenções. Não. É que o **Bodete** e a Maria José são mesma instituição.



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Então a gente considera 4 votos. Então, dessa forma, a gente encerra os pontos de pauta. Eu só queria voltar aqui um pouquinho no início da reunião, porque o Secretário pediu que nós nos apresentássemos, porque afinal de contas, somos todos novos na casa. Tem gente nova chegando. Têm Conselheiros novos chegando. Vamos falar o que é CAV, o que é CAT, porque existem algumas siglas que são comuns para nós, mas que, para quem está chegando, não. Então, só a título de esclarecimento, CAV, é Comissão de Avaliação de Projetos. Existe uma CAV meio que permanente. Assim, existem algumas substituições, mas que analisam os projetos apresentados pela própria prefeitura. E existem CAVs específicas para análise dos projetos apresentados por força dos editais. Então, essas CAVs são constituídas por portaria do senhor Secretário, que, através de indicação dos diretores de departamento, escolhem os técnicos que vão analisar determinados projetos. O que a gente procura fazer é colocar os técnicos mais adequados para cada projeto. Se eu tiver um projeto, por exemplo, que tem a ver com manejo da fauna silvestre, eu vou procurar colocar alguém da divisão veterinária junto dessa CAV, para poder dar um suporte maior. E assim por diante. Então os técnicos que avaliam os projetos são técnicos que, direta ou indiretamente, estão ligados ao assunto dos projetos que estão sendo discutidos. Outra sigla que vocês vão ouvir muito, é CAT, que é Comissão de Acompanhamento Técnico. Então, após avaliação, aprovação e assinatura do convênio, também são designados dois ou três técnicos que montam uma Comissão, e essa Comissão acompanha, mês a mês, todo o desenvolvimento do projeto. Se na metade do projeto, se perceber que o projeto não está atendendo o cronograma proposto, ou que tem alguma coisa que não está de acordo com a proposta inicial, essa Comissão é responsável por sentar com a instituição, corrigir os rumos do projeto, ou, em último caso, se não houver correção, propõe a interrupção deste projeto, para que não haja aplicação de recursos em projeto que, teoricamente, era outro no início.

Cons. Gilmar: Eu só queria fazer um aparte. .

Secretário Executivo Rubens Borges: Pois não, Gilmar.

Cons. Gilmar: Aliás, eu queria reforçar que esse sistema da CAT funciona muito bem. Porque não fica apenas um técnico cuidando do projeto. As ONGs têm dificuldades. E a gente mesmo sentiu na pele que funciona ter os técnicos acompanhando o projeto, participando, indo ao local do projeto, etc. Eu estou falando isso porque nós participamos de outros projetos, e nem sempre é feito isso. Então, nesse caso, parabéns ao grupo, porque funciona realmente, o sistema da comissão técnica de avaliação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. E tem a Comissão de Prestação de Contas, que é mais interna. Que as ONGs que têm projetos financiados acabam prestando contas para essa Comissão que avalia as contas, de acordo com o cronograma proposto. Então acho que esclarecidas essas siglas, as outras, à medida que forem surgindo, a gente vai esclarecendo. Então a gente pode passar aqui para a fase de apresentação formal, dos membros. Então, já que eu estou com o microfone na mão, eu já vou me apresentar. Para os que não me conhecem, eu sou o Rubens, eu faço parte da equipe técnica do



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

FEMA, da divisão de gerenciamento do FEMA, trabalho hoje, sob a coordenação do Damasceno, que é o nosso diretor. A minha função no CONFEMA... Quer dizer, eu trabalho mais com a parte financeira, de prestação de contas. Mas trabalho tanto na análise de projetos, na parte financeira, como na prestação de contas também. Passamos para os Conselheiros.

Coordenador Luiz Eduardo Damasceno: Para quem não me conhece, estou chegando agora. Meu nome é Luiz Eduardo Damasceno. Sou diretor do DPP.

Cons. Cecília: E aquele senhor ali, que eu gostaria de conhecer também? Por que pulou?

Secretário Adjunto Manoel Victor: Esse senhor aqui, é o Manoel Victor de Azevedo Neto, sou Secretário adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Cons. Cecília: Obrigada.

Cons. Marcos Budetti: Eu sou Marcos Budetti, novo Conselheiro também. Trabalho no gabinete, junto com o secretário adjunto, com o Chefe de Gabinete, com o Secretário em uma função de gestão organizacional estratégica dos projetos da Secretaria. E suplente também.

Cons. Maria José: Eu sou Maria José de Andrade Filha, estou diretora da UMAPAZ, estou aqui como titular.

Cons. Amélia: Amélia, da SEMPLA. Trabalho na Coordenadoria do Orçamento, sou Coordenadora de Área, e sou suplente da SEMPLA.

Cons. Gilmar: Bom, Gilmar Altamirano, representante da sociedade civil, dirijo a ONG Universidade da Água.

Cons. Cecília: Universidade?

Gilmar: Da Água. Fundada pelo Franco Montoro. Saudoso.

Cons. Marília: Meu nome é Marília Câmara de Assis. Eu sou da Coordenadoria de Planejamento lá da SEMPLA. Estou, desde o começo do ano, trabalhando principalmente com o programa de metas da prefeitura, então tenho conversado com o pessoal aqui da Secretaria também, sobre isso, e eu gostaria de aproveitar para fazer um pedido, de repente, até para criar um novo tema aqui, não sei se para a próxima reunião, mas eu acho que seria muito interessante para a gente, que está chegando, conhecer o que tem como diagnóstico em relação a essa ação da própria Secretaria, e assim, o espaço que existe para ação dessas ONGs que a gente tem que avaliar os projetos, para a gente, também, ter uma capacidade de crítica um pouco mais qualificada. Se vocês puderem, não sei, a gente poder fazer essa troca de material, de informação, acho que



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

vai ser muito importante para qualificar nossa atuação aqui, como Conselheira. Muito obrigada.

Cons. Cecília: Eu sou Cecília. Eu sou do Morro do Querosene, no Butantã. E sou também do CADES regional do Butantã. Na verdade, eu sou mais de uma área de cultura. Sou da Orquestra de Berimbau, e sou também do Conselho Nacional de Políticas Culturais. Porque acho que a cultura é importante aqui, a gente ligar tudo.

Cons. Aline: Bom dia a todos. Eu sou Aline Simonseli Martins. Suplente, representando a Secretaria de Finanças.

Cons. Valter: Bom dia. Eu sou Valter Rocha, chefe de gabinete da Secretaria do Verde.

Cons. Evandro: Bom dia a todos. Evandro Reis, diretor do DEPLAN, Diretoria de Planejamento.

Ocleris: Bom dia. Eu sou Ocleris. Sou diretora do CADES, que é o Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Só com autorização do diretor, a título de esclarecimento, no site da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, se você clicar no CADES, vai ter vários ícones, onde você pode tirar suas dúvidas com relação às ONGs, que são feitos através de editais e convocação e documentação. É tudo já proposto e previsto dentro da lei. Para você poder se informar melhor, assim. Na próxima reunião. É só entrar no site. Aliás, fica uma dica para todos, o site da Secretaria está muito informatizado. Têm todas as informações para dirimir todas as dúvidas aqui presentes. Obrigada.

Fernanda: Bom dia. Sou Fernanda, sou da área técnica do DPP, da Divisão de Gerenciamento do FEMA, e auxílio na parte de elaboração de editais, no acompanhamento dos projetos, na confecção dos convênios...

Ana Gimenez: Eu sou a Ana Gimenez. Sou coordenadora de biodiversidade do DGD Sul 3, território que compreende a Capela do Socorro e Parelheiros, na zona sul de São Paulo, além de CAV, eu também sou CAT de um projeto que também é da Fundação Mokiti Okada, do FEMA 08, que trabalha com agricultura natural.

Valdson: Meu nome é Valdson. Sou do DGD Leste 1, coordenador de educação ambiental. A área que abrange o DGD Leste 1 é Itaquera, São Mateus e Cidade Tiradentes. Sou CAV, e já fui CAT em outros projetos anteriores.

Oswaldo: Eu sou Oswaldo. Eu trabalhava no DPP até fevereiro. Hoje eu estou na DUC, na Divisão de Unidade de Conservação, DEPAVE 08, e eu fiz parte da CAV que fez a análise dos projetos.

Ruth: Ruth, Coordenadora de Educação Ambiental do DGD Centro-Oeste 2.



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Sandra: Meu nome é Sandra. Trabalho na equipe de Educação Ambiental Centro-Oeste 2. Faz parte da Vila Mariana, Mooca, Ipiranga e Sé.

Francinete: Sou Francinete de Araújo, sou bióloga. Trabalho no DGD Leste 3, que compreende as áreas de Guaianases, São Miguel e Itaim Paulista. Fui membro da CAT que acompanhou alguns projetos do FEMA 07 e 08. Faço parte dessa CAV do FEMA 09.

Carolina: Meu nome é Carolina Ramos. Eu sou assistente técnico do DPP. Trabalho junto com o senhor Damasceno. E analiso a documentação dos processos que vão firmar convênio com a Secretaria.

Nízea: Eu sou Nízea. Também trabalho no DPP, na equipe técnica.

Rita: Sou Rita, engenheira sanitária, trabalho também na DPP, acompanhando alguns projetos no papel de CAT, e participei dessa CAV do edital 09. E também participo da Comissão de Avaliação do Inventário de Gases de Efeito Estufa junto ao gabinete, e a outros departamentos. E só complementando a questão do... Só aproveitando o gancho, nós vamos ter um seminário sobre cenários de emissões de gases de efeito- estufa, na terça-feira do dia 12. Está rodando um convite aí. Quem quiser fazer as inscrições, serão todos bem-vindos. É uma discussão bastante importante, onde nós estamos em uma fase de discutir cenários, para posteriormente, formular as diretrizes das políticas públicas, para mitigação dos gases de efeito estufa para o Município de São Paulo. Então é um trabalho bastante interessante, já vem sendo desenvolvido desde 2010 especificamente. É o segundo inventário. O primeiro inventário já foi concluído em 2005, e esse é o segundo inventário do município, e nós estamos assim, à frente das discussões no âmbito de municípios.

Mirian: Meu nome é Mirian. Sou Diretora da Divisão Técnica de Gerenciamento do FEMA e CONFEMA. Eu queria também, dar boas-vindas para os novos e para os antigos, desejar um ano muito frutífero, com muito diálogo. E nesse sentido, eu queria reforçar sua proposta, Marília, assim, de que a gente também tem esse mesmo pensamento de quanto melhor a qualificação dos Conselheiros, acho que todo mundo tende a ganhar. A cidade, principalmente. Então a gente anotou sim, a sua sugestão. A gente está trabalhando já, nesse sentido. Porque uma das questões que vem sendo avaliada, pela equipe. Até pelos Conselheiros também, já foi sugerido, da avaliação dos impactos, dos resultados desses projetos nas comunidades enfim, até que ponto eles foram efetivos e têm continuidade. Se tem ou não, enfim. Avaliar um pouco isso. Então, isso vem de encontro, também, ao nosso pensamento. E aí, só a título de conhecimento para vocês, que eu ia fazer no início, mas enfim, vou fazer agora, do edital 09, 71 projetos, para vocês terem esses números, foram protocolados na Secretaria. Dos 71 projetos, 61 ficaram em condições de prosseguir na análise da CAV, da Comissão de Avaliação. Desses 61, com a votação de hoje, então 11 projetos foram aprovados, 49 projetos não aprovados pelo CONFEMA, e tem 1 pendente. Um projeto pendente, que é da instituição SAJAP, que está ainda aguardando manifestação de AMLURB. Ele já



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

passou, enfim, percorreu outros caminhos na prefeitura, agora está em fase final. Provavelmente na próxima reunião estará aqui, para finalizar esse processo, do edital 09.

Coordenador Luiz Eduardo Damasceno: Bom, passarei a palavra agora, ao Presidente, para encerramento.

Secretário Ricardo Teixeira: Mais alguém quer fazer uma manifestação? Eu quero. Eu não sei as etapas ainda, do próximo edital. Mas eu acho que os Conselheiros deveriam acompanhar, desde o primeiro momento, os projetos inscritos, por que serão aprovados ou reprovados, para que haja uma transparência, que esteja colocados no site, qualquer manifestação técnica das Comissões, que também sejam colocadas no site e discutidas formalmente ou informalmente, aqui no FEMA, para que a gente acompanhe todos os passos. Não nós, mas a sociedade também, para que na hora da votação, não haja dúvidas. Hoje, para mim, ficou uma dúvida. Era uma entidade que alugava o equipamento, que depois tinha o equipamento. Se para mim deu dúvida, você imagina para a população como um todo, como pode gerar essa dúvida. Então, até para que a gente acerte esses passos seguintes, que haja transparência na vírgula, no ponto, no parágrafo, para que toda sociedade acompanhe o nosso trabalho. Eu fiz um pedido, inclusive, ao Cristiano, que é da Comunicação, que coloque essas reuniões online na internet também. Quer dizer, então, assim como as reuniões podem ser online, eu acredito que a análise desses processos também podem ser online. Para quando chegar aqui, não haja nenhuma dúvida. Não paire nenhuma dúvida. Como eu fiz uma sugestão, eu abro de novo, a palavra, se alguém quer fazer algum debate em cima disso. Por favor.

Rita: Só vou esclarecer, na verdade, o que poderia... Desde a elaboração do edital foi, na verdade, compartilhada com este Conselho. O edital, na verdade, ele foi discutido com os DGDs, veio para este Conselho, este Conselho aprovou o edital. Todas as fases foram feitas conjuntas. Então, desde a elaboração do edital, a discussão do edital, o edital foi aprovado neste Conselho, os projetos que deram entrada na DPP, eles vieram para este Conselho também. Então assim, toda essa questão de transparência, ela foi seguida passo a passo, todos os projetos, eles foram lidos e todos os Conselheiros receberam os CDs com todos eles. Então, essa fase de aprovados, reprovados, não-recomendados, todas as fases foram percorridas. Só a título de esclarecimento. Acho que foi uma falha nossa, de não ter, de repente, apresentado, como o senhor está fazendo parte da primeira vez, acho que teria sido importante mesmo, de complementar isso. Mas todas as fases, elas foram feitas todas compartilhadas.

Cons. Cecília: Eu queria falar uma coisinha. Mas eu achei que a proposta dele... porque eu recebi os projetos pelo e-mail. E ele propõe... por um CD. Mas eu acho que... Eu não sei se é viável ou não, Rita, mas eu achei interessante, o senhor Secretário, ele propõe que seja publicado na internet, não é? Para que não só a gente tenha conhecimento dos projetos... eu achei muito interessante essa proposta.



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Gilmar: Eu acho, Secretário, que essa posição... Eu iria um pouco mais. Apoio essa questão de envolver a Comunicação. Foi uma das coisas que a gente tem debatido ao longo dessa gestão, é que há uma dificuldade do poder público de se comunicar com a sociedade. Isso não é só aqui na Secretaria. Nós sabemos que isso é um... Tem que avançar. Eu acrescentaria mais uma coisa: acho que alguém da comunicação deveria acompanhar essas reuniões, e deveria, sempre que puder, traduzir isso de alguma forma, expor isso para o resto, não só dos funcionários, mas as Secretarias e todos que participam, até para a sociedade. Então se alguém da Comunicação está acompanhando, parabéns. Eu acho que esse é o caminho. A gente tem que procurar traduzir isso. Colocar na rua, isso. A gente não consegue comunicar adequadamente as políticas públicas que enfim, o governo, de um modo geral, tem coisa muito boa, e não consegue botar isso na rua. Não chega à população. E a população critica, às vezes, sem saber, porque nós não fomos capazes de comunicar. Então, parabéns pela iniciativa.

Mirian: Só complementando, no edital 09, a gente... Enfim, hoje, como é uma primeira reunião que tem novos integrantes, eu acho que a gente, às vezes, se atrapalha um pouco, porque a gente acaba vindo com a sistemática anterior, e comete alguns equívocos. Eu peço desculpas com relação a isso, mas todo o processo foi construído em parceria, a construção ativa dos DGDs, eles estiveram presentes desde a construção do próprio edital, até a avaliação dos projetos. E posteriormente, foi feita uma audiência pública... audiências públicas nas diversas regiões, amplamente divulgado para as comunidades, para as instituições. Elas foram, porque tiveram a oportunidade de conhecer, de participar, de sugerir. A gente teve esse cuidado, sim, através dos CADES, também, os regionais, de fazer esse diálogo com as instituições e a população o mais próximo possível. Mas acho que toda sugestão é bem-vinda, acho que agora, a gente pode complementar, com o que o Secretário apontou, e só reforçar que no site da Secretaria, tem a parte do FEMA, a página do FEMA. Lá, você tem todas as resoluções, também, das reuniões. Também é uma forma de dar publicidade, enfim, ao que é aprovado aqui, por este Conselho.

Cons. Cecília: Mirian, mas no CADES Butantã não foi. Lá no Butantã... no CADES Butantã, não.

Rita: Nós fizemos nos vários CADES.

Cons. Cecília: No CADES Butantã não foi.

Rita: Na zona Oeste foi em Pinheiros. Foi em Pinheiros. Teve audiência. Como são 31 Cadinhos, na verdade, foram agrupados e foram chamados nas diversas regiões. Então lá foi no CADES Pinheiros. Eu que apresentei lá, o edital. Eu e a Vera.

Secretário Ricardo Teixeira: Mais alguma manifestação? Pois não.

Oradora não identificada: Eu queria salientar aqui, a importância de ter sido essa CAV, constituída por técnicos que anteriormente, nos outros editais do FEMA, não



77ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

participaram. A participação desses técnicos que posteriormente acompanham esses projetos, ela é de suma importância, porque nós tivemos muitas dificuldades. A quantidade de projetos apresentados no FEMA 07, 08 foram superiores, mas os projetos de péssima qualidade. Comprometeu nosso trabalho, comprometeu a qualidade, todo o rendimento do trabalho, inclusive, alguns projetos, nós tivemos dificuldade de cancelar. De interromper. Eles eram ruins, eles eram péssimos, e nós não tínhamos oportunidade de interromper em tempo. Então, eu queria manifestar isso. Dizer que é muito importante a participação dos técnicos do município, que realmente estão lá, nas suas regiões, acompanhando os projetos, e que compreendem a verdadeira necessidade dos tais projetos. Porque é muito fácil um técnico ter que engolir e receber um projeto para acompanhar, que nem é a realidade da região dele. Então eu quero salientar isso. Quando nós aqui, avaliamos, nós levamos muito em consideração, o que a nossa região, de fato, necessita como um projeto socioambiental, quer seja de agricultura, quer seja de resíduos, quer seja de educação ambiental em geral. Só isso.

Secretário Ricardo Teixeira: Eu vou fazer um pedido para o secretário executivo do Conselho, para o Damasceno, para que apresente, na próxima reunião, um projeto de transparência, de todas as etapas do FEMA. Pegando até sua fala, agora. Você teve, vou pegar um pedaço da sua fala, dificuldade para encerrar um projeto ruim. Eu me pergunto: por que ele começou? Então, a transparência tem, por isso que eu digo na primeira fala, tem que ser desde o início. Não pode ficar só para um técnico resolver se entra ou se não entra. A sociedade tem que estar sabendo o que nós estamos fazendo. A importância do site, a importância do debate. Então, eu vou deixar esse pedido ao Damasceno, para que haja essa transparência, que traga para cá, e que a gente publique todas as etapas, e até louvando o que você falou, e que os técnicos participem 100% de todo o processo. Mais alguma manifestação? Então, eu estou dando como encerrada a reunião de número 77 do CONFEMA. Bom dia a todos e até a próxima.

RICARDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA

CONSELHEIROS PRESENTES:

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO

ALINE SIMONCELLI MARTINS

MARIA JOSÉ DE ANDRADE FILHA

MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES

LUIS EDUARDO PERES DAMASCENO

Coordenador Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo